

RELAÇÕES EXTERIORES

EUA atrasam vistos a ministros

Membros da missão que vai à abertura da Assembleia da ONU, como Padilha e Lewandowski, ainda não têm direito de entrar no país

» ALÍCIA BERNARDES

Apenas uma semana da abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, parte da delegação brasileira que acompanhará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva segue sem visto para entrar nos Estados Unidos. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) confirmou, ontem, que os documentos estão "em vias de processamento", mas reforçou a confiança de que Washington cumprirá o acordo internacional que obriga o país-sede a conceder a entrada de representantes oficiais.

Marcelo Viegas, diretor do Departamento de Organismos Internacionais do MRE, explicou que a negativa configuraria violação do tratado firmado entre a ONU e os EUA, em 1947. "Qualquer medida contrária representaria descumprimento legal desse compromisso", advertiu. O diplomata lembrou, ainda, que boa parte da equipe já tem vistos válidos, obtidos em edições anteriores da Assembleia. Apesar da tranquilidade transmitida pela chancelaria, cresce a preocupação com o precedente aberto recentemente, quando Washington negou a entrada de representantes da Autoridade Palestina.

Entre os ministros que ainda aguardam a autorização está Alexandre Padilha (Saúde). Sem visto desde 2024, ele pretende representar o Brasil também na conferência da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Nova York. Ele tem tratado a situação com ironia, afirmando não ter "nenhuma intenção de ir para a Disney". Porém, sua mulher e filha de 10 anos tiveram as permissões canceladas no mês passado, e auxiliares do

Rafael Nascimento/MS



Mulher e filha de Padilha tiveram vistos cancelados. Há risco de que também não deixem que ele entre nos EUA

ministério também sofreram a revogação dos vistos. Segundo interlocutores do Planalto, outros nomes seguem sem liberação, como o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski. Por outro lado, Fernando Haddad (Fazenda) e Marina Silva (Meio Ambiente) estão com situação regularizada.

As indefinições ocorrem em meio às declarações de Donald Trump, que afirmou que poderia restringir vistos de autoridades brasileiras, alegando que o Brasil "está indo muito mal". Embora sem detalhar o alcance da medida, o comentário acendeu o alerta diplomático. Há meses o presidente norte-americano tenta, sem sucesso, intervir no julgamento dos golpistas pelo Supremo Tribunal Federal. Isso

não impediu que Jair Bolsonaro fosse condenado, na sexta-feira passada, a 27 anos e três meses de prisão por chefiar a organização criminosa que pretendeu dar um golpe de Estado.

Preocupação

O Brasil manifestou preocupação com o atraso na concessão de vistos no Comitê de Relações com o Estado-Sede, realizado na última sexta-feira — quando a Primeira Turma do STF também decidiu a dosimetria das penas do "núcleo crucial" da tentativa de golpe. Embora não seja integrante do grupo, a delegação brasileira participou da sessão e defendeu o cumprimento integral do acordo.

"Vários países expressaram rejeição a medidas que não estejam em conformidade com as obrigações do Estado-sede", disse Viegas. Segundo especialistas, uma das estratégias norte-americanas tem sido adotar a chamada "operação tartaruga", liberando vistos de última hora para enfraquecer as delegações.

Enquanto negocia com os EUA, o governo brasileiro também finaliza a estratégia para o discurso de Lula nas Nações Unidas. Pela tradição, o Brasil abre os pronunciamentos, seguido pelos EUA. O presidente deve centrar sua fala na defesa da soberania nacional e no compromisso com a democracia, em meio ao contexto de sanções e



Qualquer medida contrária representaria descumprimento legal desse compromisso. (...) Vários países expressaram rejeição a medidas que não estejam em conformidade com as obrigações do Estado-sede"

Marcelo Viegas, diretor do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores

atritos diplomáticos. Fontes do Planalto afirmam que Lula fará uma menção indireta ao julgamento de Bolsonaro no STF, reforçando que as decisões da Justiça brasileira não estão em discussão.

Embora não esteja previsto encontro bilateral entre Lula e Trump, há expectativa de um eventual contato informal nos corredores das Nações Unidas. O presidente brasileiro deve aproveitar o palco multilateral para insistir na legitimidade das instituições nacionais e buscar respaldo internacional, em meio à tensão com Washington. O pronunciamento será em 23 de setembro e deve reafirmar a mensagem de que o Brasil não abrirá mão de sua autonomia política.

Rubio faz nova ameaça

O secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, voltou a ameaçar o Brasil com mais sanções em meio a renovadas críticas ao Judiciário brasileiro. Na visão dele, a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro é mais um capítulo de uma "campanha crescente de opressão judicial", e os Estados Unidos darão uma resposta nos próximos dias.

"Haverá uma resposta dos EUA a isso, e é isso — teremos alguns anúncios na próxima semana ou algo assim sobre quais medidas adicionais pretendemos tomar", disse Rubio, em entrevista, ontem, à Fox News. O secretário de Trump, porém, não deu pistas sobre quais sanções Washington estuda adotar contra o Brasil.

Segundo ele, o Estado de Direito está se deteriorando no Brasil, com "juizes ativistas" que não só "perseguiram" Bolsonaro, mas, também, tentaram promover ações contra cidadãos e empresas norte-americanas. "O julgamento (do ex-presidente) é apenas mais um capítulo de uma espécie de campanha crescente de opressão judicial que tentou alcançar empresas americanas e até mesmo pessoas operando fora dos Estados Unidos", acrescentou Rubio.

Entre possíveis novas sanções que os EUA podem adotar contra o Brasil, estão a extensão da Lei Magnitsky a outros ministros que votaram a favor da condenação de Bolsonaro, e aos parentes deles, além da suspensão dos vistos e tarifas secundárias ao país pela compra de petróleo russo.

TALKS CB TALKS

CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

No Brasil, o uso do mercúrio já foi eliminado em diversos setores e produtos devido à sua alta toxicidade. Ainda assim, o metal continua sendo amplamente empregado na extração de ouro. Entre 2018 e 2022, estima-se que essa atividade tenha consumido cerca de 185 toneladas de mercúrio ilegal, com impactos severos sobre o meio ambiente e a saúde de milhares de pessoas.

Diante desse cenário, o **Correio Braziliense**, em parceria com o **Instituto Escolhas**, promove o evento "**Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro no Brasil**".

07.OUT
A PARTIR DAS 08H30
auditório do Correio Braziliense



LEIA O QR CODE
e faça a sua inscrição para acompanhar o evento

Apoio: INSTITUTO ESCOLHAS

Realização: CORREIO BRAZILIENSE CB Brands